

RELATÓRIO TÉCNICO

Recomendações e Diretrizes práticas para o aperfeiçoamento da implementação do PNAES e PAA-CI nos RUs da UFPI

> Autora: Fabrícia De Sousa Miranda Gois ORIENTADOR: Prof^o Dr. Leonardo Victor de Sá Pinheiro

Relatório Técnico Conclusivo vinculado à dissetação:

Da papelada ao prato: Análise dos Restaurantes Universitários à luz da Burocracia de nível de rua,

submetida ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública- PROFIAP da Universidade Federal do Piauí- UFPI, para a obtenção do grau de Mestre em Administração Pública.



SUMÁRIO

Contextualização	3
Público Alvo	4
Instituição Pesquisada	4
Método	4
Objetivo	5
Participantes	5
Perfil dos participantes	6
Contribuições	7
Análise e Principais Resultados	8
Principais desafios	9
Principais Oportunidades	10
Sugestão de Ações para melhorias	11
Considerações Finais	14
Referências	15



CARTILHA:

Recomendações e Diretrizes práticas para o aperfeiçoamento da implementação do PNAES e PAA-CI nos RUs da UFPI



Contextualização

A Teoria da burocracia de nível de rua busca compreender a atuação dos agentes públicos e compreender como estes podem interferir na implementação de políticas públicas.

Por meio dessa Teoria é possível identificar como a estrutura burocrática da organização, os aspectos relacionados ao próprio indivíduo e as suas relações (com agentes internos e externos ao Estado) podem influenciar na entrega da política ao cidadão.

Assim, através da realização de entrevistas com os nutricionistas (agentes implementadores do PNAES e PAA- CI nos RUs) foi possível analisar as suas percepções, identificando-se os principais desafios e oportunidade por eles evidenciados, possibilitando, desta forma, a contribuição com sugestões e diretrizes para o aprimoramento da implementação de políticas públicas nos Restaurantes Universitários da UFPI.



PÚBLICO ALVO

Nutricionistas da UFPI que atuam nos restaurante universitários



INSTITUIÇÃO PESQUISADA

O estudo teve como unidade de de análise a Universidade Federal do Piauí



MÉTODO

Trata-se de um estudo de caso com uso de metodologia qualitativa, de caráter exploratório, realizado com os nutricionistas, servidores públicos da Universidade Federal do Piauí- UFPI.

A realização das entrevistas ocorreu no período de 05 de dezembro de 2023 a 29 de janeiro de 2024.

Ao final da realização das entrevistas, procedeu-se a sua transcrição e, posteriormente, a análise de dados, utilizando-se com auxílio o softwere ATLASti., à luz da análise temática Interpretativista, proposta por Braun e Clarke (2006)



OBJETIVO

Propor recomendações e diretrizes práticas, visando o aperfeiçoamento da implementação de políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional, **PNAES e PAA-CI**, no âmbito dos restaurantes universitários.



PARTICIPANTES

O estudo contou com a participação de sete técnicos administrativos em educação, que atuam no cargo de nutricionista dos RUs.





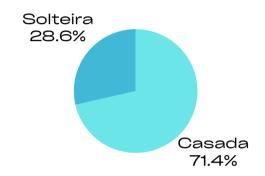


PERFIL DOS PARTICIPANTES

Gênero:



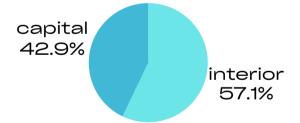
Estado Civil:





mestrado 71.4%

Campus de atuação:



IDADE: Entre 34 e 55 anos TEMPO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO: Entre 7 e 24 anos







CONTRIBUIÇÕES

Os conhecimentos adquiridos por meio desta pesquisa visam contribuir para identificar os fatores que interferem na implementação do PNAES e PAA-C nos Restaurantes Universitários, com a intenção de fornecer informações à Administração Pública, que possam melhorar o funcionamento destas unidades, que são cruciais para a permanência estudantil.





ANÁLISE E PRINCIPAIS RESULTADOS

Padrões, tendências e perspectivas

DIMENSÕES D TEORIA DA BUROCRACIA DE NÍVEL DE RUA	RESULTADOS
ESTRUTURA O	PNAES Fatores: -limitação de recursos financeiros e humanos e ausência de objetivos claros- como estratégia de enfrentamento a essas questões, os nutricionistas adotam um comportamento mais excludente com relação aos usuários e aplicam improvisações à política. PAA-CI Fatores: -limitação de recursos humanos e consequente carga de trabalho, percebida como mais pesada- como estratégia de enfrentamento, os profissionais se distanciam a execução da política.
DE AÇÃO INDIVIDUAL	PNAES Fatores: -a existência de incentivos intrínsecos (contribuir para a formação do estudante, satisfação no trabalho e reputação) e a utilidade percebida da política- interferem de forma positiva no comportamento dos nutricionistas, estimulando-os a se dedicarem ao trabalho e à entrega do produto ao usuário, mesmo diante das dificuldades intrínsecas ao setor. PAA-CI Fatores: -utilidade percebida da política e apropriação da política- fatores que estimulariam os agentes implementadores a concretizarem a políticaexperiências e valores pessoais- se mostraram como um possível empecilho ao processo. Os nutricionistas salientaram o receio de que as compras institucionais da agricultura familiar prejudiquem o funcionamento do RUs.
RELACIONA 8 & 8 & 8 &	PNAES Fatores: -relação com agentes externos ao Estados-fornecedores- apontada como um dos maiores problemas relativos à rotina do nutricionista, em função do descumprimento de prazos de entregas, qualidade e quantidade dos produtos enviadosrelação com agentes externos ao Estados- beneficiários da política- indicada uma das relações mais difíceis- os agentes implementadores buscam fazê-los compreender a realidade do funcionamento de uma UAN, bem como quais são os reais objetivos da política, na intenção, de colaborar para a melhoria desta interação. PAA- CI Fatores: -relação com agentes internos ao Estados- (outros setores da instituição)- a ausência de interação entre a Coordenadoria de Compras e Licitações (CCL) e os RUs, para deliberarem a respeito das medidas necessárias para a execução da política, pode ser prejudicial para a concretização e continuidade de sua implementaçãorelação com agentes externos ao Estado- (beneficiários da política)- as interações se deram de forma cooperativa, onde os nutricionistas buscaram alinhar o cardápio ao que estava sendo produzido no momento pelos agricultores familiares.

PRINCIPAIS DESAFIOS

A partir dos principais padrões, tendências e perspectivas, foram identificados os maiores desafios enfrentados pelos nutricionistas na implementação do PNAES e do PAA-CI.



DESAFIOS-PNAES:

1 Relação conflitiva com os beneficiários da política, em função do desconhecimento, por parte destes, de como funciona a política.





2 A relação com os fornecedores, que descumprem prazos e quantitativos de entregas e pecam na qualidade dos produtos.

3 A Carga de trabalho e o excesso de atividades ocasionado pelo número insuficiente de profissionais nas unidades.



5 Falta de clareza do decreto Nº 7234 que regulamenta a política.



DESAFIOS- PAA-CI:

A carga de trabalho mais pesada, decorrente do número insuficiente de profissionais





PRINCIPAIS OPORTUNIDADES

A partir dos principais padrões, tendências e perspectivas, também foram identificadas oportunidades pelos nutricionistas na implementação do PNAES e do PAA-CI.



PNAES

1 Contribuir para a permanência do estudante na universidade, especialmente aquele em vulnerabilidade social,



2 Questão financeira, no que se refere ao salário do cargo de nutricionista



PAA-CI

1 Utilização de alimentos mais frescos nos RUs.



3 Valorização do pequeno produtor rural e da agricultura familiar.

4 Contribuir com a sociedade.



2 Facilidade nas entregas pela proximidade dos fornecedores.





1

Sugestão de ações de melhoria para aperfeiçoar a eficiência e eficácia dos RUs

Como resposta aos resultados encontrados na pesquisa, foram elaboradas propostas de recomendações e diretrizes práticas, para aperfeiçoar o funcionamento dos RUs, que são cruciais para a permanência estudantil, melhorar as condições de trabalho dos nutricionistas, agentes implementadores do PNAES e PAA-CI nestas unidades.



1 Buscar a adequação do número de profissionais em nutrição, conforme preconizado pela resolução Nº 600/ 2018 do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), para aprimorar a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Restaurantes Universitários (RUs) e possibilitar a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA- CI), conforme o decreto Nº 11.476 de 06 de abril de 2023.





2 Ajustar os recursos direcionados aos RUs, para que a política seja entregue ao beneficiário, sem a necessidade de improvisações e para que sejam realizadas adequações nas estruturas físicas das unidades.

3 Apoiar a aprovação do Regimento Interno dos RUs, na intenção de preencher lacunas existentes na execução da política, ocasionada pela falta de objetivos claros no decreto Nº 7234, que regulamenta o PNAES. Esta ação visa, além disso, padronizar as normas de acesso, bem como, para que se tenha um direcionamento de ação diante das situações que surgem rotineiramente nas unidades.







4 Oferecer cursos de capacitação ao profissionais, relacionados à implementação do PAA-CI, para que a execução da política possa ser concretizada.



010

5 Fortalecer a política de aplicação de sanção a maus licitantes, no sentido de solucionar problemas relacionados ao descumprimento dos editais dos pregões pelos fornecedores que abastecem os estoques dos RUs.

6 Promover ações educativas para os usuários da política sobre os objetivos do PNAES, sobre o decreto, suas diretrizes e aplicações (cursos de extensão, palestras, calouradas).



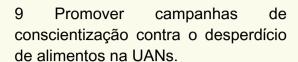


7 Promover a visitação de usuários aos RUs, para que estes compreendam o processo de produção de uma Unidade de Alimentação e Nutrição.

8 Elaboração e execução via SIPAC de um questionário padrão de satisfação, para avaliar o serviço e para que se possa ter diretrizes para promover melhorias nos restaurantes.





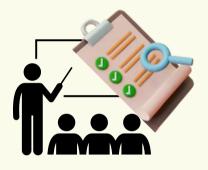






10 Promoção de encontros e reuniões entre os RUs e a Coordenadoria de Compras e Licitações (CCL) para a execução do PAA-CI.

11Promover a realização de cursos de extensão que visem instruir agricultores familiares sobre o processo de participação em uma chamada pública, sobre procedimentos burocráticos simples, etc.





12 Promover cursos para agricultores familiares sobre higiene, processamento e métodos de conservação de alimentos.

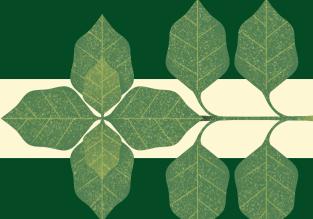


Considerações Finais

Os Restaurante Universitários, instrumentos parte da assistência estudantil, são cruciais para a permanência do aluno nas universidades e para a sua formação. Em conclusão, almeja-se através deste trabalho, despertar na Administração Pública, a atenção para o terreno da implementação. E assim, destinar um olhar mais sensível às necessidades dos nutricionistas, burocratas de nível de rua, uma vez que, o Estado se materializa, de fato, para o cidadão, por meio de suas ações. Espera-se ainda que os resultados obtidos possam ser oportunos para a UFPI,, como ganho na implementação de importantes políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional, para a gestão dos RUs, visando sanar as falhas presentes em suas unidades na execução do PNAES, bem como, para estimular a efetivação das compras institucionais da agricultura familiar, para que a instituição se adeque ao que está disposto no decreto Nº 11.476 de 06 de abril de 2023.



REFERÊNCIAS



BRASIL, Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 jul. 2010.



BRASIL, Decreto Nº 11.476, de 6 de abril de 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 de abril de 2023.

CFN. Resolução CFN nº 600/2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências.

